

**UMA HISTÓRIA DE DELIMITAÇÕES TEÓRICAS: TRINTA ANOS DE  
SEMÂNTICA NO BRASIL\***

(Theoretical Outlines: A History of Thirty Years of Semantics in Brazil)

Roberta PIRES DE OLIVEIRA (*Universidade Federal de Santa Catarina*)

*ABSTRACT: A map of the state of the art in semantics during the last third years of linguistics in Brazil is presented in the first section. Two case studies, then, are analysed: the debate argumentative semantics and formal semantics, and the debate formal semantics and cognitive semantics. Our analysis shows that an effective strategy for theoretical autonomy is that of declaring war to the dominant model. We do not subscribe to the war metaphor as an explanation to knowledge, however. Our paper finishes with some words on epistemology.*

*PALAVRAS-CHAVES: Epistemologia; Semântica; Modelos.*

*KEY WORDS: Epistemology; Semantics; Models.*

O ano de 1968, fundação da Abralin, marca a instituição da Lingüística no Brasil.<sup>1</sup> Data, até certo ponto aleatória, como afirma Altman (1998), limita no tempo e no espaço nossa reflexão sobre o estudo do significado. Pode-se percorrer esses limites seguindo caminhos que não levam necessariamente à mesma chegada. Uma análise quantitativa, um percurso possível, cujo objetivo fosse investigar exaustivamente os trabalhos produzidos na área, e, de posse desses dados, traçar um mapa dos modelos, poderia fazer chegar a um resultado completamente distinto do nosso. Infelizmente, não há pesquisas sobre a semântica no Brasil, nem para desmentir nem para corroborar nosso estudo, que adota uma posição mais interpretativa, um olhar próximo daquele do epistemólogo. Se a história da semântica no Brasil permanece terreno inexplorado, sua análise de um ponto de vista epistemológico é frágil, porque ela se sustenta em dados históricos.

\* Agradeço a todos que enviaram informações sobre a pesquisa semântica no Brasil. Ao professor Jürgen Heye, o envio da bibliografia; aos professores Edair Gorsky e Roberto Camacho, os esclarecimentos sobre semântica funcional; aos professores Leonor Scliar Cabral e Paulino Vandressen, seus depoimentos; a Maria Cristina Figueiredo Silva, a leitura de uma versão preliminar; ao professor Rodolfo Ilari, tudo que já foi agradecido e muito mais.

<sup>1</sup> Sobre a data da institucionalização da Lingüística no Brasil ver Altman (1998).

<sup>2</sup> Restringimos nossa pesquisa às teses produzidas em: Unicamp, USP, PUCRS, PUCSP, UFSC, UFPr, UFRS. (*cont.*)

É por esta razão que realizamos um breve levantamento da produção acadêmica em semântica. Rastreamento parcial, que se ancora em dados retirados dos seguintes registros: teses publicadas – infelizmente nem todas as bibliotecas das universidades brasileiras dispõem de dados em rede<sup>2</sup>-; artigos e debates publicados em revistas especializadas – aquelas poucas, infelizmente mais uma vez, disponíveis; grupos de estudos e pesquisadores cadastrados nas entidades de pesquisa; e alguns poucos depoimentos pessoais.<sup>3</sup> Nossa panorâmica é, portanto, impressionista.

Nosso artigo visa sobretudo a responder às questões: “que modelos semânticos foram e estão sendo adotados pelos semanticistas brasileiros?” e “como ocorreram, no tempo, essas delimitações teóricas?”. O quadro resposta à primeira pergunta sugere, como o leitor verá, uma pluralidade crescente de modos de descrever o significado; pluralidade que repercute e explica as diferentes formas de relação que cada modelo estabelece com outras disciplinas da lingüística, em especial com a sintaxe e a análise textual-discursiva, e, ao mesmo tempo, com outras áreas do conhecimento para além da lingüística: a filosofia da linguagem, as ciências do computação, as teorias de ideologia, a psicanálise, entre outras. A primeira seção deste artigo fotografa a pluralidade de modelos através da explicitação do quadro do estado da arte da disciplina, sem almejar uma reconstituição da história de como as diferentes orientações ganham uma face.

A segunda questão, que nos interessa mais de perto, procura descrever o processo do qual resultou a pluralidade de modelos a partir da análise de dois casos: o debate semântica formal e a argumentativa; e semântica formal e a cognitiva. É esse o tópico da segunda seção. Mostraremos que uma estratégia de delimitação é atribuir a outro modelo o lugar de inimigo ou teoria a ser derrotada. Mostrar a presença dessa estratégia não é aceitar que o conhecimento científico se constrói na guerra. Antes, a metáfora que construiremos, porque acreditamos ser a mais adequada e com maior poder explicativo, será a de que o conhecimento científico se constrói na conversa; ele é uma interlocução sem fim. Na terceira parte propomos uma rápida excursão

(cont.)<sup>3</sup> Nossa análise baseou-se nas seguintes referências: Altman (1998), Marcuschi (1998), Banco de Dados de teses do CNPq, Banco de Dados CAPES, Banco de Dados de Grupos de Estudo do CNPq, artigos publicados em: *RBL* (Revista Brasileira de Linguística - São Paulo), *D.E.L.T.A.*, *CEL* (Cadernos de Estudos Linguísticos, Unicamp), *Anais do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*, *GEL*, *ALFA*, *Letras* (PUCCAMP), *Estudos* (Universidade Federal da Bahia, Salvador), *Letras de hoje* (Porto Alegre), *Revista Letras* (Universidade Federal do Paraná).

em epistemologia da lingüística a partir da questão sobre a proliferação de modelos numa disciplina. Cumpre dizer que, ao longo deste artigo, o termo ‘modelo’ é usado de maneira quase informal, como sinônimo de orientação teórica.

### 1. Um quadro de semânticas

É, segundo Altman (1998), na década de 70 que surgem os primeiros artigos em sintaxe/semântica. Evidentemente, a reflexão sobre o significado é antiga; a filologia já pesquisava o léxico. O que a década de 70 conhece é a reflexão sobre o significado no âmbito da disciplina semântica na ciência lingüística. Citamos a filologia porque ela teve um papel na definição da semiótica, o modelo estrutural que se contrapôs a ela. Além disso, a pesquisa filológica permanece; uma indicação de que o modelo kuhniano de substituição de paradigmas pode não estar correto. Parece não haver uma substituição da filologia pela lingüística, mas antes uma espécie de unificação, já que podemos considerar hoje em dia a filologia como parte da lingüística. A pesquisa de Evanildo C. Bechara, que, no *Quem é quem da Lingüística*, a descreve pelos termos semântica e lexicologia e aponta como projeto “As fases históricas da língua portuguesa”, parece ser representativa da unificação.<sup>4</sup>

Poder-se-ia argumentar que a filologia, assim como a lexicografia, constituem disciplinas independentes; nesse caso, seu estudo estaria fora do âmbito deste artigo. Nada diremos sobre a filologia, mas a lexicologia pode nos ser útil. Pesquisas em bancos de dados revelam que lexicógrafos em geral fazem referência à semântica e à morfologia. A lexicologia estaria, pois, ocupando um entre-lugar. Não nos parece, entretanto, disparatado tratar a lexicologia na semântica, porque, em primeiro lugar, lexicógrafos arrolam a semântica como um definidor de sua pesquisa e alguns mencionam apenas a semântica - pesquisas de orientação estrutural muitas vezes não mencionam a morfologia. Em segundo, as formas de abordagem do léxico se conformam às mesmas tendências teóricas presentes na semântica. A pesquisa de Basílio (1998) é exemplar: ela se situa entre a morfologia e a semântica, embora tenda claramente para a morfologia, e adota o quadro da Gramática Gerativa que, como veremos, é um dos tantos suportes teóricos da semântica. Propomos deixar a lexicografia em suspenso e utilizá-la para verificar a plausibilidade de nosso quadro do estado da arte em semântica.

<sup>4</sup> Quando citamos sem referência específica, estamos baseando nossa análise em bancos de dados.

Iniciamos o quadro do estado da arte em semântica pelo trabalho historiográfico de Altman (1998). A autora classifica os artigos em revistas especializadas em dois grupos segundo o parâmetro da unidade lingüística: um grupo de descrições cujo objeto é a sentença e suas partes constituintes; outro, em que a unidade será o texto e o discurso. Estudos sentenciais se classificam, ainda de acordo com a autora, em três sub-grupos: os fonético/fonológicos, os morfológico/lexicológicos e os sintático/semânticos. Para a autora, a lexicologia se agrega à morfologia. Sua classificação, entretanto, não faz jus ao trabalho de Ilari (1986a), por exemplo, que é classificado como morfológico/lexicográfico, embora analise os verbos delocutivos, uma questão propriamente semântica. Artigos em sintaxe/semântica datam do início dos anos 70, ao passo que os extra-sentenciais datam do final dos anos 70. O estudo da palavra antecede, pois, o estudo da sentença que precede historicamente aquele que atenta para unidades maiores. Não há nada de surpreendente nesse movimento, porque ele repete, por um lado, a bastante difundida metáfora de que o conhecimento vai de unidades menores às maiores e, por outro, a seqüência de níveis de análise lingüística tal qual estabelecida pelo Estruturalismo; que é, então, incorporada como natural.

A classificação por unidade serve a certos objetivos, mas é insuficiente para outros. Se nossa meta é desenhar o percurso das correntes teóricas na semântica, essa classificação deixa a desejar. Em primeiro lugar, porque a semântica não se define necessariamente por sua unidade de análise, a sentença ou o texto; e, no momento atual, esse critério não serve nem mesmo para distinguir modelos. Embora seja senso-comum na lingüística a associação entre semântica formal e sentença, trabalhos como o de Kamp e Reyle (1993) mostram que a análise formal pode tomar o texto/discurso como unidade. Não há, pois, relação intrínseca entre unidade lingüística e modelo semântico. O artigo de Guimarães (1985), por exemplo, apresenta uma descrição do operador *não só...mas também* no português brasileiro, tomando como unidade de análise os encadeamentos argumentativos, ou seja, o texto/discurso em que o operador ocorre. Tanto é que Altman o inclui no grupo das análises extra-sentenciais. Trata-se, no entanto, de um trabalho em semântica quer porque seu objeto de estudos é o significado de expressões lingüísticas, quer porque o próprio autor se define como fazendo semântica. “Antes de abordar o que mais de perto nos interessa, ou seja, os aspectos *semântico*-discursivos relativos ao uso de *não só...mas também (...)*” (1985:81, grifo meu). Guimarães (1985), independente da unidade de análise, é, veremos, um artigo em semântica argumentativa.

Em segundo lugar, se a associação sintaxe/semântica certamente dá conta de um certo número de trabalhos, há tanto trabalhos em sintaxe que não fazem referência explícita à semântica, quanto trabalhos em semântica que nada dizem sobre sintaxe; a descrição dos progressivos realizada por Ilari e Mantonelli (1983) é um exemplo deste último caso. Assim, se nossa meta é delinear orientações teóricas, é preciso observar esse aspecto; quando assim o fazemos, notamos que, mesmo nos vinte primeiros anos de lingüística brasileira, já há várias semânticas. De Oliveira (1978), por exemplo, trata do sintagma nominal complexo dentro de uma abordagem gerativa, ao passo que Salomão (1978) critica a abordagem formal, apontando para a impossibilidade, presumida por Katz e Fodor (1963), de a semântica descrever o significado independente do contexto. Seu artigo pretende mostrar que uma análise que abrisse mão da distinção semântica/pragmática, sem, contudo, assumir a abordagem argumentativa, que a autora também mostra ser insuficiente, seria a melhor. Sua conclusão direciona para a funcionalista como a melhor solução teórica.

A semântica não era uma já nos primeiros anos de Lingüística no Brasil (talvez nunca tenha sido uma) e os semanticistas sabiam disto, e Salomão (1978) o comprova. Altman (1998) menciona três vertentes teóricas na semântica: a semiótica, cuja base teórica são a semântica analítica de Pottier, que no Brasil foi desenvolvida por Cidmar Pais, e a semântica estrutural de influência de Greimas, cujo representante brasileiro foi Ignácio Assis Silva; a semântica argumentativa, que a autora associa a Carlos Vogt, “Vogt seguiu cursos de Ducrot e desses primeiros contatos resultaram as futuras visitas de Ducrot à Unicamp, onde ministrou vários cursos de Lógica e Semântica Argumentativa” (1998: 157); e a semântica formal ou lingüística, de “vocalização científica” (1998: 226), que se deu “em torno das proposições de Chomsky, Katz e Fodor, Lakoff e Jackendoff” (1998: 204). Mesmo que o foco da atenção não sejam os modelos teóricos, porque o interesse é a reconstrução da história da lingüística enquanto instituição, a descrição dos vinte primeiros anos deixa transparecer a pluralidade na semântica, independente da unidade lingüística adotada.

Essa pluralidade pode ser melhor entendida e sua história descrita com mais exatidão se for ela o objeto de estudos. Diversos métodos podem ser utilizados para identificarmos modelos e para refazermos a história de sua constituição. Podemos, por exemplo, nos concentrar nas direções teóricas explicitadas pelos autores quando do preenchimento de relatórios, de fichas

<sup>5</sup> Evidentemente, Altman se refere ao funcionalismo, só não o faz com relação à semântica.

para bancos de dados; podemos examinar o material publicado em revistas especializadas, tendo como foco de atenção as delimitações teóricas propostas nos artigos; podemos nos deter no exame dos debates acadêmicos, momento em que se explicitam posições teóricas; finalmente, podemos recorrer a depoimentos pessoais. São essas as estratégias que norteiam este artigo. O primeiro método não pode ser aplicado ao período de 68 a 88 por falta de dados.

Uma retrospectiva dos artigos, debates e teses dos primeiros vinte anos de semântica mostra que as tendências delineadas por Altman são orientações teóricas que nortearam a análise do significado. Antes, porém, de enfrentar a questão de como se deram estas delimitações, é preciso acrescentar que há pelo menos uma orientação que não é explicitamente mencionada por Altman, ao menos enquanto tendência de análise semântica, mas que, assim nos parece, está presente desde a fundação da lingüística. Trata-se do que chamaremos de abordagem funcional do significado.<sup>5</sup> Na década de 70 já é clara a sua presença na lingüística nacional. Assim atestam os trabalhos de Biderman (1972/73) e Salomão (1978). Biderman (1972/73) analisa os usos históricos dos pronomes de tratamento e os relaciona com suas diferentes funções sociais; realizando uma descrição do “significado social dos pronomes” (Biderman, 1972/73: 339). Não há referência a relações estruturais, que caracterizam a abordagem formal, já presente no artigo de Kato (1976). Salomão (1978), como dissemos, aposta na orientação funcional. Se é assim, parece-nos justificado afirmar a existência de uma abordagem funcional do significado. Enquanto grande moldura teórica ela congrega o trabalho de Machado Paes de Barros (1985), e, hoje em dia, os trabalhos de Valéria Coelho Chiavegatto, de Camacho e Pezatti (1996), Maria Helena Moura Neves, entre outros autores.

A tendência funcional não é explicitamente mencionada, porque, acreditamos, foi ao longo desse período que se instalou a oposição formal versus funcional; não havia inicialmente confronto explícito entre eles. Suas diferenças eram mais facilmente percebidas como complementares. Na década de 80, a oposição estará institucionalizada na contraposição entre a semântica cognitiva e a formal, que é concebida por aquela como o inimigo a ser derrotado. Uma segunda razão deve-se ao fato de que, se hoje em dia, a semântica cognitiva é um modelo funcional de análise do significado, não é possível afirmar que houvesse, na década de 70, uma semântica funcional; não havia, então, e mesmo hoje parece ser essa a situação em certos círculos, um modelo semântico funcional. Havia uma maneira funcional de descrever o significado. Daí a afirmação da professora Edair Gorski, em depoimento, de que a semântica funcional se caracteriza negativamente: “ela não é nem semântica formal, nem argumentativa, nem semiótica”.

A década de 70 conheceu, no Brasil, quatro tendências teóricas: a semiótica, cuja inauguração pode ser identificada com a publicação do artigo de Pais em 1974; a semântica formal, que surge fortemente ligada à abordagem gerativa/formal, mas que tem autonomia garantida pelos estudos lógico-filosóficos – a tese de Kato (defendida na PUCSP em 1972, publicada em 1974) sobre o artigo definido exemplifica a presença da tradição lógico-filosófica; a semântica argumentativa, cujo momento fundador é a publicação da tese de Carlos Vogt em 1977; e a abordagem funcional ainda não claramente um modelo semântico, mas uma maneira de descrever o significado, difusamente presente na lingüística.

	1968	1974	1977
Filologia		Fundação da Lingüística	
Lexicografia			
		Semiótica	
			Semântica argumentativa
			Semântica formal
		Funcionalismo	

**Tabela 1: Os Primeiros Vinte Anos de Semânticas no Brasil**

A semiótica é a que primeiro se define porque seu estabelecimento é concomitante à instituição da própria lingüística em sua oposição à filologia: a semiótica é o estruturalismo “científico” que bate de frente com a análise filológica, então concebida como fora dos padrões científicos. Sua luta por autonomia vai se acentuar, na década de 80, pois caminhará na direção de se afirmar como uma disciplina mais geral do que a lingüística; ela não se confrontará, pois, com outros modelos de descrição do significado, mas com a lingüística. Por isso a excluímos de nossa análise. Como veremos, a semântica argumentativa nasce da crítica da semântica formal. Ducrot (1972), discutindo sobre pressuposições, contrapõe-se à análise lógico-formal, que tinha então uma história de descrições do significado bastante robusta. Basta lembrar as contribuições de Frege, Russell, Strawson, Donnellan.

No Brasil, os primeiros artigos em semântica de orientação formal datam da década de 70, com a introdução do gerativismo, mas havia também trabalhos de orientação lógico-formais que não se filiavam ao gerativismo chomskiano. A semântica formal floresce com o crescimento do gerativismo e por suas próprias pernas, repetindo um movimento internacional – a análise formal do significado nas línguas naturais nasce sob a influência da tese de Chomsky de que as línguas naturais podem ser descritas como sistemas formais, mas, graças à própria tradição lógico-filosófica descendente de Gottlob Frege, e

que conta entre tantos outros com o trabalho de Richard Montague, ela ganha autonomia da sintaxe chomskiana. Nos primeiros anos, não havia oposição forma e função. É apenas paulatinamente que a leitura de oposição se legitima. A introdução da sociolinguística - que vem substituir a dialetologia - e o fim da semântica gerativa, que tem como um de seus efeitos o surgimento da semântica cognitiva, estão na base da leitura de confronto que oporá a abordagem formal e uma certa vertente funcional, em especial a semântica cognitiva.

Se observarmos os pesquisadores presentes no *Quem é quem na Pesquisa em Letras e Linguística no Brasil*, selecionados a partir do descritor ‘semântica’, e os grupos de pesquisas cadastrados juntos ao CNPq, também selecionados a partir da palavra-chave ‘semântica’, e os adotarmos como índices das orientações teóricas contemporâneas, verificamos que a década de 90 conhece essas quatro grandes vertentes de análise do significado: a semiótica, a argumentativa, a formal e a funcional. E, mais, as conhece agora de maneira distinta, cada uma constituindo um modelo à parte. A tendência à definição teórica pode ser verificada pelo fato de que uma boa parte dos pesquisadores contemporâneos procuram, nas palavras-chaves ou nos definidores, explicitar a linha teórica em que sua pesquisa se enquadra. O quadro atual da semântica no Brasil parece ser o seguinte:

Década de 80 a 90

<i>Semiótica</i>	<i>semântica argumentativa</i>	<i>semântica formal</i>	<i>funcionalismo</i>
<b>estrutural</b>		extensional	semântica cognitiva
<b>pragmática</b>		intensional	funcional

**Tabela 2: O Quadro Atual de Semânticas no Brasil**

Vamos exemplificar este quadro com dados retirados do *Quem é quem*. A pesquisa de Hardarik Blühdorn é em semiótica; o autor explicita sua posição teórica nas linhas de pesquisa ao se filiar à semiótica geral. José Borges Neto e Ana Lúcia de P. Müller representam a vertente formal, e nos seus descritores encontramos a palavra ‘lógica’; Eduardo R. Guimarães e Mônica Zoppi-Fontana incluem nos descritores o termo ‘enunciação’, o que os filia à semântica argumentativa; finalmente, Valéria Coelho Chiavegatto e Margarida Salomão explicitamente colocam-se como funcionalistas e se filiam à semântica cognitiva. Uma inspeção dos catálogos das teses produzidas durante estes últimos dez anos confirma a presença desses quatro modelos.

Incluimos a semiótica porque seus adeptos definem suas pesquisas pelo termo ‘semântica’, mas Altman parece estar correta ao afirmar sua autonomia da lingüística. Desses modelos, a semântica argumentativa é a única sem divisões internas. Os demais se esfacelam em várias tendências. A semiótica pode ser mais estrutural ou mais pragmática. A semântica formal se multiplica em orientações tão diversas quanto a semântica extensional e a intensional. O funcionalismo conhece pelo menos uma polarização entre versões mais fortes, em que a sintaxe simplesmente não tem lugar - a tendência da semântica cognitiva -, e versões mais fracas, em que se pode falar que um condicionamento mútuo entre as diferentes instâncias.

Retornemos às pesquisas lexicográficas para nos certificarmos de que são estas as orientações que as respaldam. Embora não tenhamos encontrado grupos de pesquisa em lexicografia que se filiassem explicitamente à orientação argumentativa, as teses produzidas neste modelo são análises lexicográficas. O trabalho de Ducrot e Vogt (1980) sobre os dois tipos de *mas*, *mas<sub>SN</sub>* e *mas<sub>PA</sub>*, as teses de Zamboni sobre a palavra *ainda* e de Tafarello sobre a palavra *mesmo* atestam esta vertente lexicográfica da semântica argumentativa.<sup>6</sup> Já dissemos que o trabalho de Margarida Basílio se conforma à abordagem formal/gerativa. Os trabalhos sobre toponímia adotam como referencial teórico a semiótica-estrutural e buscam descrever o vocabulário de um certo domínio lingüístico, seguindo portanto a abordagem estrutural. Esta parece ser a orientação teórica que pauta a pesquisa de Maria Antonieta Carbonari de Almeida - veja, por exemplo, seu artigo “O vocabulário da moda” (1993). Maria Lúcia Leitão de Almeida inclui nos descritores os termos “morfosintaxe”, “semântica” e “funcionalismo” e nas linhas de pesquisa, “teoria lexical”, de onde podemos inferir que seu projeto de pesquisa trata do léxico a partir do arsenal teórico funcionalista. Além disso, a autora vem desenvolvendo um projeto sobre *hedges* que se situa numa orientação claramente cognitivista. Confirmam-se, portanto, as mesmas tendências da semântica.

As análises computacionais do léxico tampouco constituem orientações distintas, embora uma de suas especificidades seja, talvez devido à necessidade prática de implementação, misturar modelos. Dallari (1998), ao tratar da descrição computacional do léxico, identifica duas vertentes teóricas. Uma delas toma o léxico como um módulo isolado, em franca consonância com o modelo gerativo; a outra descreve o léxico como parte de um processo global de interpretação. Trata-se, neste caso, de uma abordagem de cunho

<sup>6</sup> Zamboni, Lilian M.S. Análise Semântica da palavra *ainda*, Unicamp, 1978. Tafarello, Maria Cristina M. *Mesmo*: uma proposta de análise dentro da teoria semântica argumentativa, Unicamp, 1979.

funcionalista/conexionista. Embora Dallari não as mencione, encontramos, principalmente no banco de dados do CNPq, análises computacionais que se definem como semióticas. De modo que pesquisas em lexicologia computacional desenharam o mesmo quadro da semântica.

## 2. Exercícios em Epistemologia

Supondo que os quadros apresentados reflitam momentos da semântica no Brasil, colocam-se as seguintes questões: como ocorreu esse processo de delimitação teórica, e em que medida essas delimitações devem ser entendidas como “oposições” ou, para chegar ao mesmo, em que medida elas não são compatíveis. Responderemos primeiramente ao problema da constituição dos modelos, sem nos preocupar em descrever suas especificidades teóricas. O problema da compatibilidade será o tópico da última seção. Vale ressaltar, mais uma vez, que propomos uma reconstituição bastante impressionista da história recente da semântica no Brasil e, enfatizemos novamente, são necessários mais estudos.

### 2.1 A semiótica

A semiótica, como dissemos, foi a que primeiro se definiu teoricamente, devido à sua forte tradição estruturalista. Isto porque foi o estruturalismo que funcionou como elemento fundador da lingüística na diferença com a filologia. Assim, a semiótica marca a sua presença de carona com o estabelecimento da lingüística estrutural, vista, então, como a única alternativa científica de descrição da linguagem. Sua filiação ao estruturalismo, claramente presente na sua produção – ver em especial o trabalho de Barbosa (1976) -, e seu embate com a filologia fazem com que a semiótica não vá figurar nas disputas entre modelos em semântica. Além disso sua consolidação segue caminho muito distinto porque vai se marcar pela busca de autonomia com relação à lingüística. “A semiótica formou, a partir dos anos oitenta, grupos de especialidade à parte, clamando por especificidade teórica e metodológica em relação à Lingüística e criando suas próprias instituições: periódicos, núcleos de estudo regionais e supra-regionais, e uma associação científica de caráter nacional: a *Associação Brasileira de Semiótica* (ABS).” (Altman, 1998: 292).

Se de fato há um movimento de autonomia da semiótica com relação à lingüística, ele está ainda em andamento, porque é inegável a sua presença na lingüística - os catálogos de publicação dos últimos encontros do GEL, o catálogo recente do II Congresso da Abralín atestam a participação dos semióticos na lingüística brasileira, os bancos de dados da lingüística assim

atestam.<sup>7</sup> Não há dúvidas, entretanto, de que a semiótica constitui uma abordagem particular do significado, em especial porque seu objeto de estudos é o signo em geral, independente de sua realização em um dado sistema semiótico; qualquer processo em que haja troca de informação em sentido amplo, inclusive processos de estímulo e resposta em plantas e animais (Pankow 1995), constituem seu objeto de estudos. Um outro fator de diferença com relação à lingüística está no lugar atribuído aos textos literários. Os semioticistas sempre lidaram com a literatura, textos, gêneros e formas literárias, ao passo que a lingüística tem na linguagem ordinária seu foco de atenção. Não investigaremos aqui a relação entre a semiótica e a lingüística, mas acreditamos que suas diferenças foram conceituadas como oposição.

## 2.2 Casos-Estudo: a constituição de semânticas

A década de 70 viveu, como é opinião de Altman (1998: 280), momento de grande efervescência teórica, que resultou, entre outros efeitos, na prevalência de oposições teóricas entre os modelos. Em contextos de delimitações teóricas, que, enfatizemos, não precisam necessariamente ser conceituadas como “lutas”, os debates têm papel poderoso, porque neles se esclarecem as diferenças. Ruben (1995), a partir da adoção de uma perspectiva epistemológica em que aspectos retóricos e pragmáticos são tomados como constitutivos da ciência, chama a atenção para os debates na história de uma disciplina. “Os debates lingüísticos, afirma Ruben, funcionam como eventos históricos que veiculam a transformação de conhecimento (científico) num senso comum (também científico) que formará a história da lingüística enquanto saber cristalizado” (1995: 156). O conceito mesmo de ‘debate’ acadêmico, mostra-nos Ruben, somente se constitui na prática do debate. Assim, se a ciência se transforma no debate, se é nele que se mostram diferenças teóricas, então é preciso não apenas estudar mais sistematicamente os debates, como o faz Ruben, mas principalmente é preciso estimulá-los; não porque com eles aprendemos a confrontar opiniões e sermos mais democráticos - o que evidentemente é um de seus efeitos positivos -, mas porque, como veremos na próxima seção, é no diálogo que construímos conhecimento.<sup>8</sup>

Não houve muitos debates na semântica brasileira e, até onde sei, eles não foram ainda analisados. Apresento uma análise do debate Guimarães e Ilari, mas já adianto que ele merece um estudo menos superficial. No entanto,

<sup>7</sup> O professor Ignácio Assis Silva, representante da semiótica e promotor das idéias de Greimas, participou intensamente de vários encontros do GEL.

dado que nosso objetivo é mostrar como ocorrem delimitações teóricas, nossa análise será suficiente. Nosso segundo caso-estudo refere-se à diferença entre as visões formal e funcional; centraremos nossa atenção no surgimento da semântica cognitiva, um dos ramos do funcionalismo. A oposição forma e cognição foi o tópico da discussão que ocorreu durante a sessão “Linguagem e Cognição”, coordenada pelo professor Luiz Antônio Marcuschi, no II Encontro da Abralín. Dela trataremos brevemente.<sup>9</sup> Concluiremos que uma estratégia recorrente nas delimitações teóricas, presente nestes dois caso-estudos, é a constituição de um modelo-inimigo, em ambos os casos a semântica formal, que deve ser derrotado para o “bem” do conhecimento. O fato de que a reflexão sobre o significado na tradição lógico-formal pode ser importada para a linguagem natural parece constituir a razão pela qual tanto a semântica argumentativa quanto a semântica cognitiva a conceituaram como o inimigo a ser derrotado. Vejamos, pois, como se deu este processo.

### 2.2.1 Forma e Argumento

Os escritos de Oswald Ducrot (1972, 1995) mostram um percurso de progressivo afastamento da vertente lógico-formal, embora (talvez porque) ela tenha sido seu berço. A análise das pressuposições em Ducrot, por exemplo, parte da análise lógico-formal, cujo ponto de origem situa-se em Frege e sua proposta para a pressuposição de existência. Está aí embutido o debate sobre os limites entre a semântica e a pragmática, que não nos interessará aqui. Vivia-se, então, na década de 70, um momento em que a integração semântica da linguagem natural e análises lógico-formais, inclusive de cunho filosófico, já estava consolidada. Esse amálgama é uma das contribuições dada por Chomsky com a publicação de *Syntactic Structure* (1957): ver a linguagem natural como um objeto formal. Era, pois, previsível que as dissensões se dessem a partir da moldura criada pela análise lógico-formal, pois vários problemas sobre o significado já haviam sido descritos por ela. A semântica argumentativa só pode ser revolucionária, se houver um inimigo, a abordagem formal. É ainda relevante que Ducrot tenha escolhido as pressuposições, porque esse era o tema do momento na lingüística formal. Ele estava sendo então intensamente discutido. Basta lembrar que a publicação de “Fact” de Kiparsky e Kiparsky, texto que inaugura a discussão sobre pressuposição factual, se deu em 1970. Kempson (1975) e Wilson (1975) são alguns expoentes deste movimento.

<sup>8</sup> A importância do debate na ciência é também defendida no trabalho de Gil (1986).

<sup>9</sup> Este debate permanecia inédito, quando da escritura deste artigo.

O professor Rodolfo Ilari lembra, em depoimento, que a presença de Ducrot no IEL coincide com a formação de um seminário interdisciplinar, que contou com a participação de filósofos, lógicos – empenhados naquele momento na fundação do Centro de Lógica e Epistemologia, da Unicamp - e lingüistas. Desses seminários, uma iniciativa de Oswald Porchat, participaram além do próprio Porchat, Andrés Raggio, Michel Lahud, Luiz Henrique Lopes dos Santos, Baltasar Barbosa, e vários linguistas do IEL, entre eles Carlos Franchi, Carlos Vogt, Rodolfo Ilari.<sup>10</sup> Os seminários giravam em torno de vários temas relacionados à semântica e à linguagem na tradição lógico-formal; Lahud lançara seu livro sobre os dêiticos e Lopes dos Santos terminava sua tese sobre Frege. Foram nesses seminários que o tema da pressuposição foi discutido e nem todos aderiram às teses de Ducrot.

É nesse contexto que a semântica argumentativa vai se estabelecer. No Brasil, ela ganhará espaço através da crítica à análise que a abordagem formal faz de alguns operadores. Buscava-se mostrar que conjunções como *e*, *mas*, *não só... mas também*, ... não têm o mesmo conteúdo semântico. Não podemos, este era o argumento dos adeptos da semântica argumentativa, substituir *e* por *mas*, como preconiza a semântica formal sem alterarmos o significado das sentenças. Estabelecer estas diferenças de significado pode ser um argumento a favor da abordagem argumentativa, uma vez que ela conseguiria explicar fenômenos que não são abarcados pela teoria em competição; ela teria, portanto, maior abrangência empírica. Se em epistemologia este não é o único critério decisivo para julgarmos que um modelo é melhor que outro – o critério de adequação explicativa (“evite hipóteses *ad hoc*”) é outro parâmetro forte na escolha de modelos em competição -,<sup>11</sup> ele tem certamente grande força retórica: quem explica mais, é melhor. Evidentemente, a questão é: será que a teoria rival não consegue mesmo explicar estas diferenças? Ou será que as explica diferentemente? Se o mesmo fenômeno é explicado diferentemente, então vale o critério explicativo.

Não estamos endossando a metáfora bélica quando propomos comparar modelos, afinal pode ser que as diferentes soluções sejam compatíveis, o que levaria a sua unificação. Neste caso, poderíamos aderir à metáfora da cebola descrita por Marcelo Dascal: a semântica formal explicaria até certo ponto - o fato de que os operadores *e*, *mas*, *não só...mas também* constituem uma sentença verdadeira se e somente se suas partes forem verdadeiras -, sendo

<sup>10</sup>A forte interdisciplinaridade entre a linguística e filosofia marcou o grupo de linguistas da Unicamp, segundo Altman (1998).

<sup>11</sup> Ver Lacey (1998), em especial capítulo III.

complementada pela argumentativa, que descreveria as diferenças entre estes operadores, talvez de maneira próxima à noção de implicatura convencional em Grice.<sup>12</sup> Parece ser a postura de unificação que embasa o artigo de Gerald, Guimarães e Ilari (1985), “Os operadores de argumentação e o diálogo”, em que se lê: “De Saussure até as orientações chomskianas é sabido que a lingüística moderna, em sua prática efetiva de análise tem abordado unidades cuja complexidade sintática não vai além da frase complexa. Unidades maiores – por exemplo o parágrafo e o texto – têm sido por assim dizer abandonadas a outras disciplinas...” (1985: 143) Não se trata de estabelecer uma oposição com as abordagens sentenciais, mas antes de estender a análise para o texto/discurso, quiçá complementando-as.

Se até um certo momento, a possibilidade de compatibilizar as abordagens formal e argumentativa estava no horizonte de expectativas de alguns semanticistas, a crítica de Ilari (1987) à análise de Guimarães (1985) sobre o operador *não só...mas também* deixa clara a leitura de ruptura que também estava em processo e que, acreditamos, foi a vencedora. A crítica apareceu na seção “Questões e Problemas” da revista *D.E.L.T.A.*, e mostrava que o efeito de sentido produzido por *não só...mas também* poderia ser descrito a partir dos pressupostos da análise lógico-formal, em especial a partir da propriedade da composicionalidade. No artigo de 1985, Guimarães apontava, reforçando o argumento de Vogt, a inadequação da abordagem lógico-formal, uma vez que ela, ao afirmar a equivalência entre *e* e *não só mas também* não permitia explicitar suas diferenças. “Mas restaria, de qualquer modo, numa abordagem destas (a abordagem lógica), especificar as diferenças entre *e* e *não só...mas também*”. (1985: 84). Em sua explicação, o autor afirma que o efeito de sentido produzido pelo operador não pode ser recuperado via análise da contribuição de cada um de seus elementos. Ele não é, portanto, composicional, uma noção cara à semântica lógico-formal e, sem dúvida, necessária se quisermos explicar com plausibilidade empírica o funcionamento da linguagem.

A solução de Guimarães implica aumentarmos o léxico em pelo menos um item lexical. Esta é, na verdade, uma solução recorrente na semântica argumentativa, que acaba gerando uma explosão do léxico, porque nele se inscrevem os mais diversos usos de um termo. A questão é: é preferível descrever a diferença de sentido produzida pelo uso de *e* e *não só...mas também* como resultado de operadores distintos ou é melhor derivá-la

<sup>12</sup> Para um tratamento do *e* e do *mas* em termos de implicaturas convencionais ver Wilson (1975).

composicionalmente? Para responder a esta questão é preciso distinguir ‘componencial’ de ‘composicional’. Componencial se refere à composição de um item. Menino, por exemplo, se decompõe em humano, não-adulto e masculino. Composicional refere-se ao princípio de composicionalidade que Frege atribui a Leibniz. Trata-se do conceito de função: tome um objeto *x* opere sobre ele uma função *y* e gere outro objeto, *z*. Ilari (1987) mostra que o efeito de sentido produzido pelo operador *não só...mas também* pode ser descrito através de uma análise composicional. Se é assim, então sua solução é melhor porque mais econômica, já que explica o mesmo com menos entidades.

Este ponto, aparentemente sem grande importância, é fundamental, dada a afirmação de Guimarães, que segue aqui os passos de Ducrot, de que “Em princípio deveríamos refutar a possibilidade de uma análise componencial (sic!), pois ela estaria comprometida com a hipótese que considera a linguagem como fundamentalmente informativa” (1985: 96). O “em princípio” do autor trai seu engajamento teórico: a linguagem em princípio é argumentação e não troca de informação. A semântica da argumentação afirma, num movimento retórico de eleger um inimigo, que a semântica lógico-formal estaria intrinsecamente atrelada a uma visão informacional e representacional da linguagem, que, por sua vez, estaria atada à noção de composicionalidade. Há muitos equívocos nessas associações: em primeiro lugar, a análise formal não está atada a teoria de verdade como correspondência. Em segundo lugar, a noção de composicionalidade não está vinculada a uma visão informacional da linguagem. O que se vê em Guimarães e em Ducrot é uma estratégia recorrente nas ciências: constrói-se um inimigo-fantasma, derrotado pela teoria-mocinho. É fácil, no entanto, constatar que a semântica lógico-formal pode casar com as mais diferentes metafísicas, inclusive aquela que acredita, como parece ser o caso da semântica argumentativa, que a referência é uma ilusão criada pela linguagem.<sup>13</sup>

A análise de Ilari não explora, contudo, uma leitura de oposição. Ao contrário, ele utiliza, em sua análise, a descrição do *mas* proposta pela semântica argumentativa; o que nos fala da possibilidade de compatibilizar estas abordagens e da presença, ao menos até certo momento da história da semântica no Brasil, de uma vontade de compatibilização. A conclusão de Ilari aponta, no entanto, para o fim deste projeto: “Se tudo isso for correto (a análise que o autor propõe), composicionalidade e argumentação podem coexistir

<sup>13</sup> Para uma apresentação de diferentes metafísicas ligadas às lógicas, ver Haack (1978). Seria certamente interessante investigar a relação entre a semântica da argumentação e as teorias neo-positivistas de verdade como coerência.

pacificamente, e fica no ar uma dúvida: é possível que a não-composicionalidade, aparentemente tão crucial para os argumentativistas, não seja uma necessidade teórica ou metodológica, mas apenas um dos tantos ingredientes da auto-representação que sua escola, como qualquer outra, precisa manter ativa para efeito de violações territoriais e contra-insurgência.” (1987: 115). A definição de inimigos é mais um ato político de demarcação territorial (e de verbas, com bem lembra Rajagopalan (1997b) em seu texto sobre a disputa funcionalismo versus formalismo) do que uma questão de incompatibilidade teórica. Instaura-se, pois, uma leitura cisão, maior ou menor dependendo do pesquisador, entre essas abordagens. Assim não é por princípio impossível conciliar forma e argumento; o que parece colocá-los como inimigos é antes a necessidade político-econômica de se definir como um modelo à parte.

Desvencilhando-se da semântica formal, a semântica argumentativa se aproxima da análise textual, da análise de discurso de origem francesa e também de uma certa pragmática. O trabalho de Koch (1993) atesta o vínculo com a Análise Textual, a pesquisa recente de Guimarães com a Análise de Discurso, e o trabalho atual de Ducrot (1995) sobre os Topoï está fortemente ligado a uma certa tradição pragmática, aquela que acredita ser possível calcular as inferências.<sup>14</sup>

### 2.2.2 Forma e Função

É também na década de 70 que a diferença funcionalismo e formalismo será entendida como oposição, não tanto por ela ser teórica ou metodologicamente necessária, mas, antes porque surge a necessidade de se criar um modelo particular de análise e aí uma boa estratégia é erguer inimigos. A relação forma e função não precisa, pois, ser simbolizada como uma relação de oposição, ela também pode ser vista como de complementaridade, embora não tenha sido esta a leitura que se impôs. Há vários indícios de que a própria distinção entre forma e função é recente na lingüística. Nuyts (1995), por exemplo, afirma que o funcionalismo sempre esteve presente nas pesquisas sobre linguagem, ao passo que o formalismo teria surgido com o estruturalismo americano:

*“From a historical perspective, functionalism has been around ever since language has been studied in a systematic way, not only in linguistics,*

<sup>14</sup> Para Davidson, por exemplo, fenômenos pragmáticos são em princípio imprevisíveis.

*but also in language psychology. Formalism, on the other hand, is much more recent, and is characteristic of certain branches of linguistics in particular: it has emerged from the positivist attitude and methodology associated with American structuralism.” (1995: 294).*

Inegável que sua posição é favorável ao funcionalismo e sua postura é de oposição. Bach (1989) associa a emergência do formalismo à tese de Chomsky de que a linguagem natural se estrutura logicamente; o formalismo na lingüística teria, pois, acontecido a partir de meados da década de 50. É este de fato o marco da transposição da abordagem formal para as línguas naturais. O formalismo, no entanto, está presente na reflexão sobre o significado desde Aristóteles, por causa de sua estreita relação com as estruturas do pensamento. Uma vez que é possível descrever a linguagem natural como uma estrutura lógica - é este, já dissemos, o passo decisivo de Chomsky -, parece-nos inevitável, como já dissemos, que a semântica formal se constituísse no grande pano de fundo, porque era ela afinal que já tinha prestígio e uma reflexão consistente sobre vários fenômenos semânticos; restava, pois, ou mostrar que ela estava equivocada ou aderir às suas teses. Seu prestígio se deve, neste século, não apenas ao seu grande desenvolvimento teórico, mas também as suas possibilidades de aplicação prática na construção de máquinas. Isto sem contar a influência filosófica do Positivismo Lógico no fazer científico do século XX. Assim, mesmo que a abordagem lógica seja posterior ao funcionalismo com respeito à análise lingüística, ela era mais consistente enquanto modelo de análise do significado. Não havia, no entanto, razão para que a distinção forma e função fosse lida como oposição de guerra; do mesmo modo que forma e argumento não se excluem necessariamente.

Embora, como já dissemos, não houvesse, no Brasil, uma semântica funcional, havia descrições funcionais do significado, que precedem historicamente as formais. As primeiras análises semânticas lógico-formais datam de meados da década de 70, com a explosão da moda gerativo-transformacional. O volume 3 da *Revista Brasileira de Lingüística* do ano de 1976 conta com oito artigos em Gramática Gerativa, uma boa parte deles dedicada à discussão de aspectos componenciais do significado. Segundo depoimento do professor Rodolfo Ilari, circularam, na década de 70, os artigos de Katz e Fodor (1963), “Structure of a Semantic Theory”, de Weinreich de 1963 sobre os universais e o de 1966, “Explorations in Semantic Theory”. Eles não eram, no entanto, projetos idênticos. Katz e Fodor definem explicitamente seu trabalho como complemento semântico a *Syntactic Structure* (1957) de Chomsky, enquanto que a análise de Weinreich era muito mais próxima do funcionalismo.

A coexistência destas duas orientações talvez não fosse sentida como tão absurda quanto é hoje em certos círculos. Não porque os semanticistas de então não tivessem consciência das diferenças teóricas, mas porque, acreditamos, estas diferenças não eram exacerbadas pela necessidade de delimitação teórica.

Scliar-Cabral (1977), por exemplo, descreve os dados de aquisição de linguagem no modelo da gramática gerativa e termina defendendo a proposta de Halliday; o que certamente indica que havia consciência da distinção entre forma e função. Não é, portanto, a falta de clareza teórica que favoreceu, ao menos no Brasil, teses como a de Ilari, defendida em 1974 e publicada em 1986, que de algum modo combinavam aspectos das duas orientações - embora a tese de Ilari tenda para o funcionalismo, é fácil perceber sua filiação à análise formal; ou a tese de doutoramento de Carlos Franchi, de 1976, que se auto-denomina funcional, mas utiliza os argumentos da dissidência da Gramática Gerativa para mostrar que o modelo chomskiano era, em última instância, ainda muito distribucional.<sup>15</sup> Estas combinações se deviam menos a uma não clareza sobre as diferenças do que a crença na possibilidade de sua complementaridade ou coexistência. Nos primeiros anos de 70 parece não haver uma forte pressão opondo a semântica formal à funcional, que as torna distintas e irreconciliáveis. Já nos anos 80-90 é a oposição que estará institucionalizada, a despeito do surgimento da sociolinguística paramétrica, o melhor exemplo de complementaridade entre forma e função. Um dos indícios de institucionalização da oposição é o surgimento da semântica cognitiva. A diferença forma e função vista como oposição será reforçada por vários autores, que afirmaram ou que elas são incomensuráveis, o que significa dizer que não é possível nem mesmo uma conversa entre elas, porque seus termos terão significados absolutamente diferentes,<sup>16</sup> ou que uma delas é a melhor.<sup>17</sup> Estas orientações estavam, no entanto, emaranhadas no final dos anos 60 e meados dos anos 70, porque, entre outros, elas se compatibilizam no trabalho dos proponentes da semântica gerativa.

A semântica gerativa vai se desenvolver nos Estados Unidos pelas mãos de Lakoff, Postal, Fillmore, McCawley entre outros, e poderia complementar a sintaxe gerativa chomskiana, pois assumia o postulado da estrutura lógico-formal das línguas naturais. Havia desde o início, no entanto, uma diferença

<sup>15</sup> Até onde sei a tese de doutoramento de Franchi permanece inédita, ver, no entanto, Franchi (1977).

<sup>16</sup> Ver Borges Neto (1989).

entre elas: o postulado da centralidade da sintaxe, uma hipótese auxiliar para a semântica gerativa e não parte de seu núcleo duro. A semântica interpretativa surge como uma reação a semântica gerativa. Em seu trabalho de reconstrução desta disputa, que pode ser lida como o debate sobre a centralidade da semântica ou da sintaxe, Huck e Goldsmith (1995) não apenas apontam para uma complementaridade entre elas, “The two programs were in fact quite complementary” (1995: 3), mas acenam para uma explicação sócio-política, muito mais do que teórico-metodológica para a sua separação. Em artigo de 1976, Brandon faz referência a esta disputa, salientando que “nenhuma das duas posições está bem definida ainda” (1976: 93), embora a disputa já estivesse terminada nos Estados Unidos.

Este debate mostra o cerne da diferença entre forma e função, o velho problema do biscoito Tostines, na terminologia de Borges Neto (1997): a forma precede a função, e portanto é autônoma, ou a função a condiciona. Funcionalistas parecem concordar que a sintaxe não é autônoma, mas este postulado tem matizes dentro do próprio funcionalismo.<sup>18</sup> O fim da disputa semântica gerativa e semântica interpretativa se dá com a “morte” da semântica gerativa e o nascimento de um modelo de análise do significado de cunho funcional, que será conhecido como semântica cognitiva; esta nova abordagem vai congrega os dissidentes da abordagem gerativa: Lakoff, Fillmore, Langacker, entre outros, e tem na publicação de *Metaphors we live by* (1980) um marco fundacional.

Evidentemente, a disputa entre a semântica gerativa e a interpretativa e o surgimento da semântica cognitiva, em franca oposição à semântica formal e à sintaxe gerativa chomskiana, serão interpretados diferentemente pelos diversos grupos de semanticistas brasileiros. Adeptos da semântica argumentativa vêem aí indícios da ruína do modelo americano de fazer lingüística, adotando uma moral do tipo: eles vão se estilhaçar em tantos modelos que acabarão sumindo do mapa. Funcionalistas reagiram diferentemente dependendo de como concebem a relação forma e função. Como já dissemos, há uma polarização entre os funcionais: aqueles para quem a sintaxe procede do discurso de tal modo que ela é sempre emergente, isto é ela não tem nenhuma independência com relação à semântica/pragmática, dificilmente aceitarão uma postura conciliatória; já aqueles para quem há interdependência entre sintaxe, pragmática e semântica verão possibilidades de compatibilizar função e forma.<sup>19</sup> Assim, alguns semanticistas caminharão

<sup>17</sup> Ver Votre e Naro (1989)

<sup>18</sup> Ver Kato (1998).

nos trilhos da conciliação – as teses de Ilari e Franchi, assim como o surgimento da sociolinguística paramétrica são bons exemplos; outros, vêem uma oposição irreconciliável e a vitória de um de um dos modelos – a posição de Naro e Votre, claramente favorável ao funcionalismo e também adeptos da semântica cognitiva que buscam negar veementemente tanto a base lógica da linguagem quanto qualquer possibilidade de conversa; alguns sintaticistas gerativas parecem, também, aderir à tese da oposição radical. Mais recentemente, há semanticistas interessados em combinar funcionalismo e cognitivismo, sem desprezar as contribuições da semântica formal – Camacho e Pezatti (1996), por exemplo.

A relação forma e função foi, pois, diferentemente equacionada. No artigo de Votre e Naro (1989), assim como na semântica cognitiva e em alguns círculos do chomskianismo, ela toma a feição de uma oposição “fatal”: elas não apenas se opõem, como é uma delas que explica totalmente a linguagem. Tarallo, em artigo de 1986, ao defender a sociolinguística paramétrica, vê forma e função como umbilicalmente ligados. Borges Neto e Müller (1987) e Borges Neto (1989) acirram o fosso: não é possível, epistemologicamente falando, unir o que é incomensurável; em outros termos, a linguagem da função não pode ser interpretada pela linguagem da forma e vice-versa. Kato (1998) ameniza as diferenças entre as abordagens e propõe “casamentos”: “É um erro, a meu ver, pensar que formalistas e funcionalistas não possam vir a trabalhar juntos em um mesmo objeto” (1998: 162).

Se houve diferentes maneiras de lidar com a diferença forma e função, parece-nos que, no senso comum da lingüística brasileira, foi a leitura de uma oposição ferrenha entre elas o que predominou. O percurso teórico de George Lakoff é exemplar do movimento de construir uma oposição ferrenha entre forma e função/cognição. Lakoff é um dos mentores da semântica cognitiva e, no processo de identificá-la não apenas como um modelo autônomo, mas principalmente como o melhor modelo, delimitará a semântica formal e a sintaxe gerativa como inimigo.<sup>20</sup> Enquanto representante da semântica gerativa, Lakoff aceitava, compartilhando esse postulado com a semântica interpretativa, a base lógico-formal para a linguagem natural - a linguagem natural se estrutura logicamente -, embora ele afirmasse a centralidade da semântica. Seu trabalho mais recente, a partir da publicação de *Metaphors we live by* (1980), em co-autoria com Mark Johnson, inverte o postulado sobre a estrutura lógica da línguas naturais: é a lógica que se estrutura através da linguagem natural,

<sup>19</sup> Agradeço ao professor Roberto Camacho este esclarecimento.

negando, pois, o passo teórico dado por Chomsky. Um exemplo da inversão proposta pela semântica cognitiva é a descrição dada ao silogismo clássico, do tipo “Todo homem é mortal; João é mortal, logo ele é homem”. Lakoff (1987) defende que o raciocínio inferencial presente neste silogismo ganha sentido via nossas experiências corpóreas de estar dentro de um certo recipiente. É o esquema imagético gerado por essa experiência que dará suporte aos raciocínios lógicos.

A semântica cognitiva vai se opor radicalmente à análise formal, alegando que esta não explica fenômenos da linguagem natural. São várias as críticas de Lakoff; citemos, dentre elas, a crítica ao fato de que a abordagem formal não percebe a centralidade da imaginação. Na abordagem formal, a metáfora, afirma Lakoff, é apenas um desvio marginal, ao passo que a metáfora é um processo cognitivo ubíquo. Ele está presente no entendimento de sentenças tão banais quanto *A primavera começa a semana que vem*. Sem entrar em detalhes, basta notar o uso do verbo *vir*, originalmente de movimento, para estruturar nossa concepção do tempo para nos certificarmos da onipresença da metáfora, redefinida no quadro cognitivo como mapa entre domínios da experiência. Outra crítica feroz à análise formal diz respeito ao problema das categorias. Segundo Lakoff, a noção tradicional de categoria, em que algo pertencia a uma categoria se tivesse certas propriedades necessárias e suficientes para tal, não encontra respaldo em pesquisas em psicologia. Categorizamos, nos diz Lakoff, através de protótipos, membros centrais da categoria, com os quais outros membros mantêm relação de semelhança. Assim, a categoria PÁSSARO teria como membro central o pardal e o pingüim estaria na periferia.

Lakoff (1987) une a abordagem lógico-formal do significado ao modelo da sintaxe gerativa de Chomsky no que ele denomina objetivismo metafísico. É o objetivismo metafísico que a lingüística cognitiva ergue como vilão, responsável por todos os erros de análise da linguagem e que ela, semântica cognitiva, irá, ao começar do zero, remediar. O objetivismo metafísico se caracteriza, entre outros, por ver a linguagem como troca de informação - a famosa metáfora do canal descrita por Michael Reddy - e por depender de uma teoria de verdade como correspondência. Não é difícil notar que o objetivismo metafísico descrito por Lakoff é uma ficção, que cria um anteparo sobre o qual a semântica cognitiva se constrói. Já dissemos que é possível fazer semântica formal sem estar comprometido com uma metafísica realista e sem adotar uma teoria de verdade como correspondência. Trata-se mais uma vez da estratégia

<sup>20</sup> Ver em especial Lakoff (1998).

de criar um fantasma, o bandido que será derrotado pelo mocinho, que dessa forma ganha sua própria identidade. Como se a cada nova teoria tivéssemos que jogar fora os erros das anteriores, destruindo a visão tradicional, e iniciando desta vez da forma correta.

Conciliados ou inimigos, o funcionalismo e o formalismo estão definitivamente presentes na lingüística contemporânea. A partir da década de 80 não é mais possível definir a abordagem funcionalista do significado apenas negativamente, como “aquilo que não é nem semântica formal, nem argumentativa, nem semiótica”, porque o surgimento da semântica cognitiva define os contornos de uma semântica propriamente funcionalista. A prova de que essa abordagem já se impôs é a sua presença em manuais recentes de introdução à semântica.<sup>21</sup> São testemunhas dessa abordagem no Brasil, como já dissemos, os trabalhos de Salomão (1978), de Machado Paes de Barros (1985), Maria Lúcia Leitão de Almeida.

No último congresso da Abralin (Florianópolis 1999), durante mesa coordenada pelo professor Luiz Antônio Marcuschi, intitulada “Linguagem e Cognição”, houve uma polarização entre as posições de Salomão, que apresentou uma descrição dos modais no português brasileiro a partir do quadro teórico de Sweetser, francamente cognitivista, e de Pires de Oliveira, que, ao descrever o estado da arte das teorias contemporâneas de metáfora, argumentou que a análise lingüística (semântico/pragmática) conseguia explicar mais fatos lingüísticos do que a semântica cognitiva. A abordagem lingüística da metáfora tem sido sistematicamente criticada por Lakoff que a associa às teses objetivistas. Ele a trata, no entanto, como se houvesse apenas uma descrição lingüística da metáfora. Durante a sessão coordenada, discutiu-se o problema da modularidade da mente que reproduz a disputa entre abordagens formais – que vêem a mente como compartimentada e a linguagem como um conhecimento à parte–, e as funcionalistas – associadas aos conexionistas. A posição de Feltes foi conciliatória, mostrando que talvez a mente seja ao mesmo tempo modular e conexionista; modular em certos aspectos, conexionista em outros. Levanta-se, mais uma vez, a possibilidade de conciliar a abordagem formal à cognitiva. Esta é na verdade a posição defendida por Newmeyer (1992).

Herdamos do debate forma e função a falsa crença de que a única maneira de simbolizarmos as diferenças entre essas abordagens é opô-las radicalmente.

<sup>21</sup> Ver Saeed (1997).

Herdamos, ainda, a crença de que semanticistas formais são todos gerativistas. Não há, ainda que este seja o senso-comum científico na lingüística brasileira, uma coincidência entre gerativistas e semanticistas de orientação lógico-formal. Em primeiro lugar, não se pode confundir o conceito de formalismo, que aparece na disputa funcionalismo versus formalismo, com o conceito de formalização, como bem lembra Nuyts “nothing prevents the use of formalisms in the framework of a functionalist methodology or theory” (1995: 294). Assim é perfeitamente possível uma descrição formal-funcional. Em segundo lugar, nem toda abordagem semântico-formal é necessariamente filiada à gramática gerativista chomskiana (embora todas sejam gerativistas, no sentido lógico-formal que precede o uso chomskiano), não havendo, portanto, concordância a respeito da autonomia e centralidade da sintaxe. O que parece unir os semanticistas formais é uma certa maneira de descrever o significado, utilizando instrumentos da lógica, e a crença, talvez melhor explicitada por Richard Montague, de que ao menos fragmentos das línguas naturais podem ser descritos como sistemas formais interpretados. Não há, contudo, acordo sobre vários outros aspectos: é preciso uma semântica intensional ou basta uma extensional é um dos impasses. No Brasil, no entanto, o senso comum na lingüística associou, num mesmo lado, gerativismo e formalismo e, no outro, funcionalismo; o que não impediu o desenvolvimento de abordagens formais sem vínculo direto com o gerativismo – o trabalho inédito de Borges Neto, de Ibaños (1997) podem servir de exemplo.

### 3. Proliferação de teorias: Crise na Semântica?

Estes trinta anos de semântica conhecem uma delimitação crescente das quatro formas paradigmáticas de descrever o significado e o seu esfacelamento em subteorias; fragmentação é atestada por vários autores (Altman, 1998; Borges Neto, 1989; Rajagopalan, 1997a). Uma estratégia para ganhar autonomia teórica é de declarar o modelo dominante inimigo e se propor como uma alternativa melhor, que é até mesmo capaz de destruir o inimigo. Esta estratégia de guerra supõe um re-início perpétuo: a teoria nova re-coloca as questões, desta vez da forma certa e assim implantará (finalmente) a verdade. Supõe ainda que não há espaço para a convivência de diferenças: se um modelo estiver certo o outro está necessariamente errado.

Nossos casos-estudo mostraram esta estratégia de guerra. A semântica argumentativa e a cognitiva, em especial a praticada por aqueles que aderiram às teses do Grupo de Berkeley, elegeram, por razões históricas - a forte presença da descrições lógico-formais -, a semântica formal como abordagem a ser

desacreditada, quer porque ela supostamente não daria conta de dados empíricos, quer porque sua concepção de linguagem – baseada, segundo estas abordagens, na teoria de correspondência – é inadequada. Não se trata apenas de afirmar que existe apenas uma semântica formal, mas que ela se vincula a uma certa metafísica e a uma certa teoria de verdade. Estas três afirmações são inexatas, daí falarmos em estratégia: o inimigo é quase um fantasma, um pano de fundo sobre o qual o novo modelo se estabelece. Descrever esta estratégia bélica não significa endossar a crença de que o conhecimento se constrói através do enfrentamento de teorias rivais. Ao contrário, vimos que coexistiam a idéia da guerra e a idéia da compatibilização. O que significa, no nosso entender, que não é necessário que as diferenças sejam interpretadas como alternativas excludentes, como impossíveis de serem tópicos de uma conversa comum. A teoria de conhecimento que sugerimos procura mostrar que o conhecimento se constrói na conversa na diferença, sem que com isto seja necessário supor um mesmo projeto em comum. Em outras palavras, não é preciso que todos os semanticistas estejam atrás do mesmo objetivo final para produzirmos conhecimento compartilhado.

Vejamos a questão mais de perto, nos perguntando se é problemática a “pulverização” de teorias, para citar palavras de Altman. Será que um esfacelamento teórico acarretaria a dissolução da semântica num sem número de modelos independentes? Rajagopalan, apud Borges Neto (1989), “deplora a “desenfreada proliferação de aparatos teóricos” que tem como consequência a “crise institucional da lingüística” (Borges Neto, 1989: 43):

*“[a crise institucional da lingüística] se deve, entre outros fatores, à ausência de um único paradigma que funcione como força centrípeta, que ofereça um conjunto de postulados gerais dentro do qual se possa enquadrar uma parcela significativa da pesquisa lingüística no Brasil” (Apud Borges Neto, 1989: 44).*

A crise, cujo perigo é o desmantelamento da lingüística, teria como única saída a “re-aproximação” das diversas correntes com vistas à obtenção de um paradigma único, que funcionaria como força centrípeta; talvez uma meta comum. Este é o mote que permite a Borges Neto questionar a possibilidade mesma de aproximações entre programas científicos: “Em outras palavras, [esta] é a verdadeira questão: É possível “aproximar” teorias lingüísticas distintas?” (1989: 45) Borges Neto, obviamente, nega tal possibilidade, assumindo, em sua argumentação, a proposta de Kuhn (1987) quanto à incomensurabilidade de paradigmas. Não haveria, segundo o autor, suporte

epistemológico que possibilitasse a unificação entre a Teoria da Variação e a Gramática Gerativa, porque elas são incomensuráveis. A solução de Rajagopalan é, portanto, inviável e utópica – “Se queremos sonhar com utopias, busquemos as aproximações” (Borges Neto, 1989: 64) -, mas, para alívio dos lingüistas, não há, ainda segundo o autor, perigo do fim da lingüística: “não há por que temer a proliferação de teorias”, porque o progresso da ciência se dá pela competição de teorias conflitantes, com a sobrevivência da mais apta. A moral é: “Quem puder mais, chorará menos” (Borges Neto, 1989: 63). Deixemos, pois, que cada teoria siga o seu próprio caminho e, se ela encontrar um precipício, será naturalmente eliminada.

A citação de Rajagopalan choca seus leitores, acostumados a ver o autor defendendo a heterogeneidade e o pluralismo – também Borges Neto se surpreende com esta posição, porque vê nela uma manifestação apolínea de desejo de unidade, e a conseqüente presença do dogmatismo, num autor que ele chama de dionisíaco. Afinal o próprio Rajagopalan (1997a), em outro artigo, assume uma posição mais em consonância com a de Borges Neto, denunciando a impropriedade da metáfora da ciência como construção conjunta do grande edifício, e a necessidade de tomarmos consciência da metáfora da luta pelo poder (e pela sobrevivência). Neste caso, não há como falar em aproximações, mas em guerra e imposição do mais forte. Na citação acima, no entanto, chama atenção o pedido de Rajagopalan por uma força centrípeta unificadora, como se sem isto a lingüística não pudesse sobreviver. É possível ver aí a presença da metáfora do edifício comum, aquela mesma que Rajagopalan (1997a) descreve, utilizando a metodologia da semântica cognitiva, e critica. A metáfora da meta comum pode sustentar propostas de unificação teórica. Parece ser ela que justifica a afirmação de Kato de que “O ponto de vista metodológico não importa” (1998: 165). O que importa, podemos concluir, é a construção do conhecimento. É possível unir uma gerativista, a professora Mary Kato, e um funcionalista, o professor Ataliba Teixeira porque, para além das diferenças, há o horizonte em comum, a construção do grande saber, sobre o português brasileiro, por exemplo. Neste caso, modelos se unem porque são guiados por uma mesma meta.

Parecem-nos equivocadas tanto as metáforas utilizadas para descrever a construção do conhecimento, a da luta pela sobrevivência e a da construção do edifício, quanto as posições de Rajagopalan e Borges Neto, enquanto epistemólogos da lingüística. Enquanto epistemólogos, os autores adotam uma visada normativa. Borges Neto decreta, tendo em vista o fato de existir incompatibilidade teórica entre a Teoria da Variação e a Gramática Gerativa, a

incomensurabilidade entre elas. Sua atitude é normativa porque cumpre ao epistemólogo descrever unificações, se elas ocorrem e não ditar que elas são impossíveis. Acreditamos que a teoria de Kuhn, suporte epistemológico de Borges Neto, dificulta a descrição de unificações. Rajagopalan é normativo porque ao epistemólogo não cumpre ditar os caminhos que uma disciplina deve seguir; se a proliferação de teorias em um campo do conhecimento significar seu esfacelamento, sumiço ou unificação com outras teorias, é esta a história da disciplina e, mais uma vez, cumpre ao epistemólogo descrever o processo, seja ele qual for.

Vejamos, agora, porque as metáforas são equivocadas. A descrição de um paradigma vencedor que destrói os demais pode até ocorrer, mas este não é o único caso na ciência. O século XX viveu várias unificações e a convivência de teorias incompatíveis. Em muitos casos, parece não haver a eliminação do modelo dominante, a filologia por exemplo. Se há espécies extintas, há muito mais resquícios, vestígios, retomadas. Nem mesmo quando os pesquisadores de uma área morrem todos, o modelo necessariamente morre. Há, nas ciências, idas e vindas, mortes e renascimentos - vide o renascimento da semântica gerativa no projeto minimalista. Assim, opor modelos, como se fossem incompatíveis, pode ser uma estratégia para conceituar a sua diferença, mas parece não descrever como construímos o saber.

São muitos os casos na ciência em que compatibilizam-se teorias incompatíveis. Este pode ser o caso da Teoria da Variação e Gramática Gerativa, citado várias vezes como exemplo de uma leitura complementar entre forma e função; afinal, é fato que há uma sociolinguística paramétrica. Neste sentido, o trabalho de Fleck (1979) sobre a sífilis parece ser exemplar, porque a reconstrução histórica do conceito de sífilis mostra que ele é o resultado da combinação de teorias incompatíveis.<sup>22</sup> É, pois, possível construir coerências onde há diferenças, porque os pesquisadores acertam seus relógios de metalinguagens, compreendem os termos de uma teoria na linguagem da outra. Importa ao epistemólogo, assim me parece, entender como ocorrem interpretações de uma teoria por outra, de tal sorte que dali surge uma linguagem comum. A pergunta deveria ser, então: como o termo 'variação', por exemplo, é lido na conversa entre a Teoria da Variação e a Gramática Gerativa. Colocando a questão para as semânticas nos perguntaríamos: como, numa semântica lógico-argumentativa, o termo 'argumento' seria entendido?

<sup>22</sup> Sobre a epistemologia fleckiana ver Ilari e Pires de Oliveira (1991).

Combinamos, na nossa interpretação da construção do conhecimento, a proposta fleckiana de ver o conhecimento como “comunicação” de sentidos, a demonstração dada por Davidson (1984) de que o conceito de incomensurabilidade de paradigmas em Kuhn não é possível - logo, há sempre possibilidade de “traduzir” de uma linguagem para outra -, e a explicação sobre o funcionamento da comunicação dada por Davidson (1986). Seu esquema de comunicação não supõe a necessidade de um código compartilhado antes do ato de comunicação, mas graus de convergência de interpretações (intencionalidades). Ele afasta com isto tanto a incomensurabilidade radical quanto a transparência da comunicação. Nesta forma de ver o conhecimento, é da conversa que emergem os significados primeiros, o conhecimento compartilhado, que embora volátil, interfere nas teorias diferentes que cada modelo necessariamente tem. Assim, acreditamos, é possível descrever a diferença entre forma e função na conversa que se estabeleceu entre eles e verificar as mudanças de sentido que dali emergiram e o conhecimento ali gerado. Este modelo comunicacional permite afastar a metáfora da construção do conhecimento como a execução do grande projeto em comum. É ingênuo acreditar que estamos engajados num mesmo projeto, a menos que compreendamos este projeto de uma forma tão ampla que ele perde seu poder explicativo. Não estamos todos falando sobre o mesmo, quando falamos sobre linguagem e nem é preciso que estejamos.

Nossa rápida reconstrução da constituição de modelos na semântica nos dá a dica para entendermos a diversidade sem precisarmos afastá-la na homogeneidade do projeto final ou torná-la insuperável no isolamento de cada teoria: o conhecimento em si mesmo parcial e fragmentado se constrói na conversa propiciada pela diversidade de abordagens. Neste sentido, a diversidade é condição necessária para o conhecimento. Se todos fizessem semântica formal seria o fim da semântica. A melhor metáfora não é, portanto, a do projeto único, nem a dos caminhos isolados, mas de uma conversa na diferença; quanto mais conversamos, mais os conceitos circulam, mais revisões são necessárias, mais conhecimento comum é gerado. Evidentemente a conversa é mais animada se os participantes tiverem clareza do seu lugar, da sua diferença com relação ao outro; e é daqui que se conclui o contrário da afirmação de Kato (1998): é muito importante o ponto de vista epistemológico e quanto mais clareza tivermos sobre ele mais produtiva pode ser a conversa, precisamente porque entendemos melhor nossos limites teóricos.

Assim, ao contrário de Kuhn, acreditamos, como Davidson (1984), que há sempre a possibilidade de tradução mesmo que ela signifique sempre

alterações, porque embora os sistemas de medição não sejam idênticos e possível entendê-los a partir do nosso próprio sistema. São as traduções, aliás, que nos permitem conversar mais e quanto mais conversamos melhor a nossa teoria sobre a teoria do outro, maior o nosso horizonte de conhecimento. Além disso, se as noções de verdade e objetividade são inter-subjetivas, então é precisamente no diálogo, mesmo que polêmico, momento em que as diferenças ficam expostas, que somos mais objetivos e em que a verdade, sempre parcial, pode emergir. É neste sentido que só podemos concordar com Ruben (1995): os debates são absolutamente fundamentais para a construção do saber.

*“[homens que a maioria de nós pretende ser, os que conversam entre si a partir de seus próprios recursos, usando sua própria linguagem para pôr os outros à prova e, reciprocamente, se submetendo eles mesmos a essa.] Aqueles que agem assim, temos, você e eu, a meu ver, que imitar, trocando um com o outro palavras que sejam as nossas próprias, a fim de pôr à prova tanto sua verdade quanto nós mesmos” (Sócrates, Protágoras de Platão).*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, M. C. (1998) *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- BACH, E. (1989) *Informal Lectures on Formal Semantics*. New York: State University of New York Press.
- BARBOSA, M.A. (1976) O modelo do código lingüístico e o seu uso nos universos da obra literária: a combinatória sêmio-táxica. *Revista Brasileira de Lingüística*, **3**, n.º 2: 51-69.
- BASÍLIO, M. (1998) Morfológica e Castilhamente: um estudo das construções X-mente no Português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, **14**, n.º especial: 15-25.
- BIDERMAN, M.T.C. (1972/73) Formas de tratamento e estruturas sociais. *ALFA*, **18/19**: 339-382.
- BORGES NETO, J. (1989) A incomensurabilidade e a “compatibilização” de teorias. *Letras*, **38**: 43-66.
- \_\_\_\_\_. (1997) Formalismo versus Funcionalismo nos estudos lingüísticos. *Anais do 1º Encontro do CelSul*, **1**: 15-24.
- BORGES NETO, J. & A. L. MÜLLER. (1987) Lingüistas ou camaleões? - uma resposta a Tarallo. *D.E.L.T.A.*, **3.1**: 85-95.
- BRANDON, F.R. (1976) Qualificação e Negação em Português. *Revista Brasileira de Lingüística*, **3** (1) : 92-108.

- CAMACHO, R. e E. G. PEZATTI (1996) As subcategorias nominais contável e não-contável. In: M. KATO (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp: 155-186.
- DALLARI, B. (1998) Modelos lexicalistas e não-lexicalistas de estruturas de informação semântica: uma comparação computacional. *Estudos Lingüísticos*, XXVII: 592-598.
- DAVIDSON, D. (1984) On the very Idea of a Conceptual Schema. In: *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon: 183-198.
- \_\_\_\_ (1986) A Nice Derangement of Epitaphs. In: E. LEPORE (ed.) *Truth and Interpretation. Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell: 433-446.
- DE OLIVEIRA, M. A. (1978) Movimento de clíticos. *Ensaio Lingüísticos*, 1(1): 44-79.
- DUCROT, O. (1972) *Dire et ne pas dire*. Traduzido para o português como *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo: Cultrix. 1977.
- \_\_\_\_ (1995) Topoi et formes topiques. In: J.C. ANSCROMBE. *Théorie des Topoi*. Paris: Éditions Kimé.
- DUCROT, O. & C. VOGT (1980) De magis à mais. *Revue de linguistique romane*, 43: 317-341.
- FLECK, L. (1979) *Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago: University of Chicago Press.
- FRANCHI, C. (1977) Linguagem: Atividade Constitutiva. *Almanaque*, 5: 9-27.
- GERALDI, W. J., E. R. J. GUIMARÃES & R. ILARI (1985) Operadores de argumentação e diálogo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 9: 143-158.
- GIL, F. (1986) Ciência e controvérsia. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 11: 117-128.
- GUIMARÃES, E. R. J. (1985) Não só...mas também: Polifonia e Argumentação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 8: 79-108.
- HAACK, S. (1978) *Philosophy of Logics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUCK G. J. & J. A. GOLDSMITH (1995) *Ideology and Linguistic Theory. Noam Chomsky and the Deep Structure Debates*. London: Routledge.
- IBAÑOS, A. M. (1997) Atitudes proposicionais: uma abordagem por linguagens categoriais. *Anais do 1º Encontro do CelSul*: 2: 708-712.
- ILARI, R. (1986a) Verbos Delocutivos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 10: 81-85.
- \_\_\_\_ (1986b) *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- \_\_\_\_ (1987) Algo mais sobre não só mas também. *D.E.L.T.A.*, 3. 1: 111-115.
- ILARI, R. & I. MANTONELLI (1983) As Formas Progressivas do português.

*Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 5: 27-60.

- İLARI, R & R. PIRES DE OLIVEIRA (1991) Considerações lingüísticas sobre a gênese e o desenvolvimento de um fato científico: uma leitura semântica de Ludwig Fleck. *Boletim da ABRALIN*, 12: 85-108.
- KAMP, H. & V. REYLE (1993) *From Discourse to Logic: Introduction to Model Theoretic Semantics for Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer.
- KATO, M. (1974) *A semântica gerativa e o artigo definido*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1976) Transitividade verbal e decomposição lexical. *Revista Brasileira de Lingüística*, 3 (1): 3-21.
- \_\_\_\_\_. (1998) Formas de funcionalismo na Sintaxe. *D.E.L.T.A.*, 14, n.º especial: 145-168.
- KATZ, J. J. & J. A. FODOR (1963) The Structure of a Semantic Theory. *Language*, 39: 170-210.
- KEMPSON, R. (1975) *Presuppositions and the Delimitation of Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIPARSKY, P. e C. KIPARSKY (1970) Fact. In: M. BIERWISH & K. E. HEIDOLF. *Progress in Linguistics*. The Hague: Mouton.
- KOCH, I. G. V. (1993) *Argumentação e Linguagem*. 3ª. edição. São Paulo: Cortez.
- KUHN, T. (1987) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LACEY, H. (1998) *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial.
- LAKOFF, G. e M. JOHNSON (1980) *Metaphors we Live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, Fire and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1998) Cognitive Semantics. In the Heart of Language. *Fórum Lingüístico*, 1 (1): 83-118.
- MACHADO PAES DE BARROS, A. R. (1985) Compreender é ver. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 8: 67-78.
- MARCUSCHI, L.A. (org.) (1998) *Quem é quem na Pesquisa em Letras e Lingüística no Brasil*. CNPq e ANPOLL.
- NEUMEYER, F. J. (1992) Iconicity and Generative Grammar. *Language*, 68 (4): 756-96.
- NUYTS, J. (1995) Funcionalism vs. formalism. In: J. VERSCHUEREN, J.-O. OSTMAN, J. BLOMMAERT (eds.) *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company: 293-299.
- PAIS, C.T. (1974) Inter-relações forma-substância nos universos semiótico-lingüísticos. *Revista Brasileira de Lingüística*, 1: 5-15.
- PANKOW, C. (1995) Semiotics. In: J. VERSCHUEREN, J.-O. OSTMAN, J. BLOMMAERT (eds.) *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing

- Company: 469-475.
- RAJAGOPALAN, K. (1997a) A interdisciplinariedade: um imperativo desde sempre. *Boletim Abralin*, **19**: 91-103.
- \_\_\_\_\_. (1997b) Formalismo vs. Funcionalismo: sobre as premissas ocultas dessa polêmica. *Anais do 1º Encontro do CelSul*: 25-33.
- RECTOR, M. (1975) Problemas e tendências da semiótica. *Revista Brasileira de Lingüística*, **2**: 104-110.
- RUBEN, M. V. (1995) Argumentação e debates lingüísticos no Brasil. *D.E.L.T.A.*, **11. 1**: 133-159.
- SAEED, J. I. (1997) *Semantics*. Oxford: Blackwell.
- SALOMÃO, M. (1978) Implicação lógica e condicional lingüístico: um estudo semântico. *Revista Brasileira de Lingüística*, **5** (1): 3-26.
- SCLIAR-CABRAL, L. (1977) O modelo de Fillmore e as gramáticas emergentes. *Revista Brasileira de Lingüística*, **4** (2): 70-134.
- VOGT, C. (1977) *O Intervalo Semântico - Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*. São Paulo: Ática.
- VOTRE, S. J. & A. NARO (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, **5. 2**: 169-184.
- WEINREICH, U. (1963) On the Semantic Structure of Language. In: J. GREENBERG (org.) *Universal of Language*. Cambridge: MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1966) Explorations in Semantic Theory. In: T. SEBEOK (ed.) *Current Trends in Linguistics*, **3**. The Hague: Mouton: 395-477.
- WILSON, D. (1975) *Presuppositions and Non-Truth Conditional Semantics*. New York: Academic Press.